

Um caminho estreito para Lula

Evitar o descontrole dos preços exigirá uma sintonia na condução da política econômica

José Paulo Kupfer
de São Paulo

A economia brasileira, em 2003, crescerá entre 1,5% e 2%, a inflação para o consumidor rondará os 10% e a taxa de câmbio terminará o ano no nível em que se encontra no momento, em torno de R\$ 3,60 por dólar. Os juros básicos poderão viver episódios de alta, mas, na média anual ficarão abaixo de 20%, observando tendência de ligeira queda com o transcorrer dos meses.

Como a política monetária, a política fiscal continuará apertada, o que se refletirá, no fim de 2003, num superávit primário semelhante ao obtido um ano antes, por volta de 3,8% do PIB. O lado externo apresentará um saldo comercial positivo de pelo menos US\$ 15 bilhões, contribuindo para que o déficit em transações correntes seja inferior a US\$ 8 bilhões.

Esse déficit será facilmente coberto pelo ingresso de investimentos externos diretos, estimados em US\$ 12 bilhões, o que abrirá espaços para um aumento no volume de reservas internacionais, para algo como US\$ 36 bilhões, em dezembro.

Eis aí o resumo do que se pode extraír da bola de cristal dos departamentos econômicos dos bancos e das consultorias sobre o desempenho da economia em 2003. Quando 2004 chegar, como sempre, muitas dessas projeções terão errado o alvo - algumas terão errado completamente. Antes de qualquer outra consideração, porém, o quadro desenhado pelas projeções é revelador da expectativa de que a condução das questões econômicas, no ano que se inicia, não fuja muito do

script deixado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, depois de oito anos de mandato presidencial.

Circunstâncias

Esta parece ser uma verdade mais imposta pelos fatos do que desejada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De todo modo, Lula não demonstra se sentir incomodado com as circunstâncias do momento econômico, que o colocam no papel de bombeiro - e não do incendiário com que escreveu sua história política até aqui.

Mesmo que represente a ascensão da mais persistente oposição ao governo FHC, o novo presidente sabe que não encontrará espaços para introduzir mudanças radicais na política econômica, pelo menos em seu primeiro ano no Palácio do Planalto.

Ainda que se possa beneficiar do legado institucional deixado por seu antecessor, o que lhe garante, mesmo sem maioria no Congresso, uma base política segura de governabilidade, o novo presidente terá, realmente, de navegar, no campo econômico, entre limites estreitos.

Se o setor externo, aquele em que a vulnerabilidade da economia parecia mais evidente, produziu, a partir de 2002, uma reviravolta espetacular, o mesmo se pode dizer, mas em sentido contrário e perverso, com relação aos preços. Esses limites serão dados pelo espectro de uma inflação ao consumidor na faixa dos dois dígitos, cujos contornos, para 2003, são nítidos.

Evitar um descontrole na trajetó-

ria dos preços exigirá uma sintonia finíssima dos mecanismos de transmissão dos efeitos macroeconômicos para o conjunto da economia. Diante da promessa, que se apresenta como confiável, de preservação do regime de câmbio flutuante e do sistema de metas de inflação, tanto a política monetária quanto a política fiscal terão de comparecer, de forma ativa, para garantir a estabilidade da travessia, sem o indesejado efeito colateral da recessão.

Pressões inflacionárias

Isso significa que não será possível acenar, pelo menos de início, com uma trajetória consistente de corte nas taxas de juros ou com alívio mais firme na pesada carga tributária, que tem sustentado os superávits primários, muito mais do que os cortes de gastos. Em outras palavras, continuará

espinhoso o caminho para o investimento produtivo e, em consequência, para o relançamento sustentado do nível de atividades. Daí que o desemprego, tema chave da campanha eleitoral e afitivo problema concreto, dificilmente perderá lugar na linha de frente da pauta das reivindicações sociais quando 2003 estiver dando adeus.

O ressurgimento de pressões inflacionárias não se deve, exclusivamente, a bolhas produzidas por uma desvalorização cambial brusca e acentuada, como a registrada em 2002. Há pelo menos dois outros fatores que as alimentam: a recuperação nas cotações internacionais de commodities, com ênfase nos

preços dos alimentos e nos insumos intermediários, e a recomposição dos mercados na direção das exportações, as quais, em crescente número de setores industriais, já está em 20% do total da produção, chegando, em alguns casos, a 30%.

Reformas

São, portanto, pressões mais estruturais - que, por sinal, não compareciam à cena econômica, em conjunto, desde o surto inflacionário do início dos anos 80 - do que as que poderiam ser combatidas com uma política de valorização cambial. Ao mesmo tempo em que revelam os gargalos da economia, tais pressões remetem, mais uma vez, para a necessidade da realização de conhecidas reformas também estruturais, tão mencionadas quanto adiadas. Além da fome dos carentes, que o presidente eleito promete enfrentar como a principal ação social de seu governo, é preciso reduzir a fome do governo na disputa pela poupança privada.

Essas reformas, como todos sabem, são aquelas capazes de pelo menos conter a carga fiscal nos limites atuais e desonerar a produção, liberar dezenas de bilhões de dólares dos gastos do Tesouro e, matizando a rigidez das relações trabalhistas, atacar a informalidade e o emprego precário no mercado de trabalho. A esperança de que será possível retomar os rumos do desenvolvimento, traduzida nas expectativas de 52 milhões de eleitores e de dois terços dos brasileiros, segundo recentes pesquisas de opinião, se nutre da idéia de que Lula é, nas atuais circunstâncias históricas, o mais indicado brasileiro para promovê-las.

Lula não
encontrará
espaços para
mudanças
radicais na
economia